

D.O.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES
ESTADO DO RIO DE JANEIROQuarta-feira, 24 de
Dezembro de 2025
Edição Extra 1965
www.campos.rj.gov.br

ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO | Wladimir Garotinho / VICE - PREFEITO | Frederico Paes

Gabinete do Prefeito

Lei Complementar nº 52, de 24 de dezembro de 2025.

Autoriza o parcelamento, pelo Tesouro do Município de Campos dos Goytacazes, do valor devido ao Fundo Integrado do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, relativo aos créditos inscritos em dívida ativa municipal a partir de 1º de janeiro de 2023 e recebidos no exercício de 2024, nos termos dos artigos 72 e 79 da Lei Complementar nº 41, de 20 de dezembro de 2024, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar, em favor do Fundo Integrado do RPPS – PREVICAMPOS, o montante correspondente ao saldo financeiro relativo aos créditos inscritos em dívida ativa municipal a partir de 1º de janeiro de 2023 e efetivamente recebidos no exercício de 2024, nos termos do art. 79, observado o disposto no art. 72, ambos da Lei Complementar nº 41, de 20 de dezembro de 2024, destinado à promoção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário municipal.

Art. 2º O valor consolidado da obrigação será apurado pela Secretaria Municipal de Fazenda e homologado pelo PREVICAMPOS, compreendendo:

- I – o valor apurado referente ao saldo financeiro elegível ao repasse;
- II – encargos legais cabíveis;
- III – observância das regras de contabilização vigentes;
- IV – a dedução prevista no §5º do art. 79 da Lei Complementar nº 41, de 20 de dezembro de 2024, constituindo o valor líquido remanescente a base do parcelamento.

Art. 3º O valor consolidado será parcelado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 4º As parcelas serão corrigidas nos termos do art.71 da Lei Complementar nº 41, de 20 de dezembro de 2024.

Art. 5º A primeira parcela deverá ser quitada em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O não pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou 3 (três) alternadas implicará vencimento antecipado do saldo devedor.

Art. 6º O parcelamento integra o plano de custeio do RPPS e preserva o equilíbrio financeiro e atuarial e seus valores integrarão as avaliações atuariais subsequentes.

Art. 7º A formalização do parcelamento não implica novação, não configura renúncia de receita e mantém natureza previdenciária.

Art. 8º As despesas correrão por conta de dotações próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 9º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional especial no valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados a execução do parcelamento feito pelo Município com o Fundo Integrado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme previsto nos artigos 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10. O crédito adicional especial que ora se autoriza ocorrerá na seguinte forma: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.11.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, PROGRAMA DE TRABALHO: 28.846.0000.2013 – SERVIÇOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA: NATUREZA DE DESPESA: 33919700 - APORTÉ PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS; FONTES DE RECURSO: 1.500.0000.01 – RECURSOS ORDINÁRIO.

Art. 11. Constitui recurso ao crédito adicional especial autorizado no artigo 10, a anulação de dotação orçamentária na UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.03.01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, PROGRAMA DE TRABALHO: 1.02.846.0000.0006 – PRECATÓRIOS JUDICIAIS – ART 100 CF: 33909100 – SENTENÇAS JUDICIAIS; FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000.01, de acordo com o artigo 43, §1º, incisos I e II, e § 2º e 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

Art. 12. Esta Lei autoriza a atualizar e ou ajustar, no que couber, a Lei Complementar nº 050, de 15 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual), a Lei Complementar nº 044, de 02 de julho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e a Lei Complementar nº 051, de 15 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual) e suas alterações.

Art. 13. O Poder Executivo editará decreto visando regulamentar o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 24 de dezembro de 2025.

Wladimir Garotinho
- Prefeito -

CELULAR E
DIREÇÃO
NUNCA DÃO
MATCH.

IMTT

PREFEITURA DE
CAMPOSWladimir Garotinho
PREFEITOFrederico Paes
VICE-PREFEITODIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕESSetor de Publicações Oficiais
TELEFONE: (22) 9 8168-1379

OUVIDORIA

www.campos.rj.gov.br
E-mail – ouvidoria@campos.rj.gov.br

PODER EXECUTIVO

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

SIC

Serviço de Informação ao Cidadão
sistemas.campos.rj.gov.br/sic

Lei Municipal Nº 8794/2017 e Dec. 249/2017

Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28030-045 - Campos dos Goytacazes-RJ